

**ARTIGO: Avaliação de cursos de Ciências Contábeis**

O objetivo do artigo é demonstrar os principais instrumentos de avaliação dos cursos. (Jorge K. Niyama)  
(Página 10)



Editorial	Pág. 2
Notas	Pág. 4
Visitas	Pág. 8
Homenagem	Pág. 9



# JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 34, FEVEREIRO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## CFC investe na formação de novos mestres e doutores

O Conselho Federal de Contabilidade está investindo todos os seus esforços na implantação de cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis.

Além do convênio assinado no ano passado com a Universidade de São Paulo (USP), o CFC e a Universidade de Brasília (UnB) estão estudando um convênio para a implantação de cursos em Brasília, Natal, Recife e João Pessoa.

Até o ano de 2006, um terço dos professores de cursos superiores de cada área serão obrigados a terem cursos de mestrado e/ou doutorado. A exigência faz parte do artigo 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Hoje existem em todo o país 400 cursos de Ciências Contábeis; o total de professores chega a 2 mil, mas somente 250 são mestres e 60, doutores.

Para atender à exigência do Ministério da Educação, serão necessários mais 2 mil professores mestres ou doutores.

(Página 10)



Convênio para instalação de cursos de mestrado assinado em março entre o CFC, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo (USP)

### LRF FÁCIL



Contabilistas recebem treinamento sobre a LRF em Brasília (Página 7)

### Entrevista: Poubel de Castro analisa a profissão

O contador e chefe da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, Domingos Poubel de Castro, diz que o contador público está deixando de ser um profissional com a função de verificar atos praticados para ser alguém que vai subsidiar a gestão.

Na entrevista ao *Jornal do CFC*, Poubel de Castro afirma que falta formação orçamentária e social aos contabilistas: “O contador tem que ser preparado para ser o futuro gestor, entender da ciência social e perceber que na ponta tem uma necessidade a ser atendida”.

(Página 5)



O CFC inicia ainda neste mês a instalação do Projeto de Educação a Distância nos Conselhos Regionais de Contabilidade. O projeto já foi aprovado pelo plenário. Os CRCs terão à sua disposição uma série de cursos que poderão ser vistos pela televisão. Os programas terão uma hora de duração por dia. (Página 3)

Veja ainda:

- Fernando Henrique garante que reforma tributária sai ainda neste semestre. (Página 6)
- Museu Brasileiro de Contabilidade vai percorrer o país a partir de maio. (Página 12)
- Primeiro Exame de Suficiência de 2001 acontece em março. (Página 9)
- Ministro do Planejamento, Martus Tavares, elogia CFC. (Página 6)

## CFC EDITORIAL

## Novos tempos e maiores desafios

&gt; José Serafim Abrantes

“O contador público está deixando de ser um profissional com a função de verificar atos praticados para ser alguém que vai subsidiar a gestão”.

Esta frase, de autoria do contador Domingos Poubel de Castro, contida na entrevista que o leitor vai ter o prazer de ler nesta edição do Jornal do CFC, resume o momento atual da Contabilidade brasileira.

O resultado do nosso trabalho veiculado em dezenas de reportagens e artigos na mídia nacional (jornais, revistas, emissoras de rádio e TV) mostra o esforço de toda a categoria no sentido de colocar a nossa profissão em seu devido lugar, de valorizar o profissional, de dar a ele uma visão universal dos fatos para que ele possa, como disse o contador Poubel de Castro, ser alguém que vai subsidiar a gestão com um trabalho com responsabilidade e transparência.

O fato é que estamos realmente mudando nossa postura diante da sociedade. Estivemos reunidos em São Paulo com o nosso parceiro, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para definirmos a premiação do certificado de gestão pública, que no final deste ano vai premiar os melhores gestores da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em Brasília, presenciamos o seminário de treinamento dos instrutores da LRF, que serão os agentes multiplicadores, voluntários e, por isso mesmo, nobres, desta lei que, sem dúvida alguma, ajudará a se não acabar

pelo menos diminuir a corrupção pública. Como disse o nosso vice-presidente Daniel Salgueiro da Silva, na abertura do treinamento, já que não podemos acabar com a corrupção, pelo menos vamos premiar os que lutam para por fim a ela.

Desde a nossa primeira gestão no CFC, venho pregando a necessidade de implantar cursos de mestrado e doutorado nas nossas faculdades e universidades. O Ministério da Educação exigiu que dentro de cinco anos todos os cursos universitários terão de ter pelo menos 1/3 (um terço) de professores mestres e ou doutores. Nos cursos de Ciências Contábeis temos apenas 300. Precisamos de pelo menos mais 2 mil para atender à exigência do Governo Federal.

Implantamos o projeto Excelência na Contabilidade e passamos a fazer contatos com as universidades no sentido de elaborar os convênios e implantar os cursos. Já conseguimos muita coisa. Nos conveniamos à Universidade de São Paulo (USP) e estamos fazendo o mesmo com a Universidade de Brasília (UnB).

Temos certeza de que vamos conseguir o intento. Poucos relacionam os fatos, mas a verdade é que o Exame de Suficiência, implantado em março do ano passado e que já aprovou 12 mil novos contabilistas, foi um dos fatores fundamentais para a melhoria dos cursos de Ciências Contábeis e de Técnico em Contabilidade. Com o Exame, que no próximo mês será realizado em todo o país novamente, os alunos estão exigindo mais qualidade das instituições



de ensino.

Por fim, neste número do Jornal do CFC, estamos publicando uma reportagem especial sobre a reforma tributária. Desta vez, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, garantiu a aprovação das mudanças tão necessárias para os brasileiros. Uma boa

leitura. E não se esqueçam de que em maio estaremos comemorando com todo o vigor a passagem dos 55 anos de fundação dos Conselhos de Contabilidade. Parabéns antecipados para todos.

**José Serafim Abrantes**  
Presidente do CFC

## CFC CARTAS

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos.

**Os editores**

*“Leitor assíduo do boletim do CFC, sinto-me na obrigação de colaborar com os nossos MESTRES. Em primeiro lugar, quero parabenizar os idealizadores na mudança do nome do informativo oficial do Conselho Federal de Contabilidade para JORNAL DO CFC.*

*Os artigos, pareceres e mensagens dirigidas para os Contabilistas, bem como o papel de imprensa do JORNAL DO CFC, estão ótimos. Quanto ao formato, acho que se poderia manter as mesmas dimensões do antigo Boletim CFC. Acredito que as vantagens seriam: economia de papel, fácil manuseio para leitura, eliminação de dobras do jornal e o arquivamento padronizado dos números dos jornais editados.”*

**Paulo Correia Leite**  
Contador CRCRJ – Reg. Nº. 000187/0

## CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC  
BRASÍLIA - DF  
ANO 4 - NÚMERO 34 - FEVEREIRO DE 2001

## Presidência

Presidente  
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração  
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional  
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno  
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização  
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico  
Olívio Koliver

## Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa  
Contador Antonio Carlos Morais da Silva  
Contador Daniel Salgueiro da Silva  
Contadora Delza Teixeira Lema  
Contador Dorgival Benjoio da Silva  
Contador José Martônio Alves Coelho  
Contador José Serafim Abrantes  
Contador Olívio Koliver  
Contador Raimundo Neto de Carvalho  
Contador Washington Maia Fernandes  
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso  
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki  
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega  
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes  
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

## Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha  
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra  
Contador Gastão Brock  
Contador João Batista Lobato  
Contador Jomar da Silva Marques  
Contador José Antonio de Godoy  
Contador Liduino Cunha  
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus  
Contador Solindo Medeiros e Silva  
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior  
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes  
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio  
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho  
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva  
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033  
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
Endereço eletrônico: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)  
E-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

## JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -  
MTb 108/2/20  
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design  
E-mail: [comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br)  
Brasília-DF  
Ano 4 - Número 34  
Fevereiro de 2001  
Tiragem: 23.000 exemplares



**CFC** CONVÊNIOS**Novos mestres e doutores no ensino da Contabilidade**

Em 2006, 1/3 (um terço) do corpo docente das faculdades e universidades brasileiras terá de ser formado por mestres ou doutores. O prazo foi dado pelo Ministério da Educação e é improrrogável.

Existem hoje, em todo o país, 400 cursos de Ciências Contábeis, entre aqueles instalados em universidades e faculdades isoladas. Pelo menos 5 professores das diversas áreas da Contabilidade atuam em cada uma dessas instituições de ensino, levando a um contingente de, aproximadamente, 2 mil professores. Os dados mais recentes confirmam a existência de 250 mestres e 60 doutores em salas de aulas.

Para atender à exigência legal do MEC, os cursos de Ciências Contábeis necessitam, com urgência, de mais 2 mil professores mestres ou doutores. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, lembra: "Se não conseguirmos formar este número de mestres e doutores, com certeza as instituições de ensino preencherão o quadro com outras profissões".

**PROJETOS** - Este é o principal motivo pelo qual o CFC está empenhado no Programa de Educação Continuada, investindo todos os seus esforços na implantação de cursos de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis. No início do trabalho para cumprir a determinação do MEC, muitos paradigmas foram quebrados e não foram poucas as horas despendidas pelos profissionais do Sistema CFC/CRCs para desenvolver estudos no sentido de propor

mudanças estruturais na política de atuação de todo o seu colegiado.

Por entender que a formação acadêmica é requisito fundamental para a educação integral e que o processo de aprendizagem deve ser contínuo, o CFC intensificou os projetos – palestras, treinamentos e parcerias com instituições para subsidiar cursos de especialização – voltados ao aperfeiçoamento dos contabilistas, oferecendo-lhes oportunidade de constante reciclagem profissional.

Para cumprir o disposto no artigo 52, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que as universidades devem ter "um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado", e o artigo 88, § 2º das disposições transitórias da mesma Lei, que determina seu cumprimento no prazo de 8 anos (3 anos já se passaram), o Conselho Federal de Contabilidade propôs a criação de pólos para instalação de cursos de mestrado e/ou doutorado, a serem ministrados mediante convênios firmados com instituições de ensino superior que já possuem mestrado consolidado na área de Ciências Contábeis.

**USP e UnB** - A formação de convênios para a implantação dos cursos teve início no ano passado, quando o plenário do CFC aprovou parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), órgão de apoio institucional do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, para proceder a

um programa de capacitação *stricto sensu*, investindo na formação de mestres e doutores em Contabilidade. Foi instituído o Programa Excelência na Contabilidade.

Foram implantadas cinco turmas do Programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade. Cada turma é composta por 25 alunos. Foram selecionadas cinco capitais de estados das diferentes regiões para sediar esses cursos – Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte do país.

A gestão do convênio é exercida pelo Comitê de Coordenação, composto por dois representantes de cada conveniada. Pelo CFC, o contador José Martônio Alves Coelho e a professora Luzia Guimarães foram escolhidos como Coordenador Operacional e Coordenador Substituto, respectivamente. Para viabilizar a realização dos cursos, foram firmados convênios paralelos entre o CFC, os Conselhos Regionais e instituições de ensino dos respectivos estados.

Outra iniciativa do presidente do CFC, José Serafim Abrantes, foi iniciar entendimentos com o Departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB) para a implantação de cursos *stricto sensu* em Brasília, Natal -RN, Recife-PE e João Pessoa-PB, a exemplo do convênio firmado com a USP. A diretoria da UnB aceitou a idéia e está examinando a possibilidade de elaborar o projeto, que deve ficar pronto ainda neste semestre. Os cursos já foram autorizados pelo Capes. O CFC também já iniciou entendimentos neste

mesmo sentido com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em relação aos cursos de pós-graduação *lato sensu*, que são os de especialização, destinados a professores e profissionais, o CFC já implantou 12 turmas, com 40 alunos cada. Veja os cursos implantados pelo CFC em convênio com a USP:

**Região Sudeste**

Cidade: Belo Horizonte/MG  
Instituição de Ensino: UNA – Ciências Gerenciais  
Início: Março de 2000

**Região Nordeste**

Cidade: Fortaleza-CE  
Instituição de Ensino: UNIFOR - Universidade de Fortaleza  
Início: Março de 2000

**Região Sul**

Cidade: Florianópolis-SC  
Instituição de Ensino: UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí  
Início: Setembro de 2000

**Região Centro-Oeste**

Cidade: Cuiabá-MT  
Instituição de Ensino: UNIRONDON - Faculdades Integradas Cândido Rondon  
Início: Setembro de 2000

**Região Norte**

Cidade: Belém-PA  
Instituição de Ensino: UNAMA – Universidade da Amazônia  
Início: Março de 2001

**CFC** EDUCAÇÃO CONTINUADA**CFC aprova cursos a distância**

O CFC inicia ainda neste mês a instalação do Projeto de Educação a Distância nos Conselhos Regionais de Contabilidade. O projeto foi aprovado pelo plenário do CFC no dia 25 de janeiro deste ano, após reunião entre a diretoria do Conselho, o contador César Abicalaffe e a diretoria da empresa DTCOM – Direct to Company, que será a responsável pela implantação do projeto.

Os CRCs terão à sua disposição uma série de cursos de Contabilidade por meio dos canais "DTCOM" de televisão. Os Regionais poderão escolher os cursos que desejam seguir e manter seu próprio horário, assistindo às aulas em um terminal de TV ou diretamente em seu computador equipado com uma placa de TV.

**PARCEIROS** - Os programas serão

transmitidos durante uma hora por dia via satélite – os CRCs receberão a programação por meio de um equipamento codificado de recepção (antenas de 60cm e receptor/codificador).

A empresa DTCOM é parceira exclusiva na América Latina da National Technological University Corporation (NTCU) e da empresa The Business and Technology Network (PBS), que juntas formam a maior empresa do mundo em educação corporativa a distância. Produzem programas para a DTCOM as seguintes universidades: Boston University, Columbia University, The George Washington University, Illinois Institute of Technology, Massachusetts Institute of Technology, Michigan State University, University of Notre Dame e University of California at Berkeley.



**CFC NOTAS**

## CFC anuncia eventos para 2001

Reunião plenária do CFC realizada nos dias 25 e 26 de janeiro, em Brasília, anunciou os seguintes eventos a serem realizados em 2001: no final de março lançamento do Certificado de Gestão Pública Responsável; em maio, comemoração dos 55 anos de

criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade; em agosto, seminário sobre a reforma tributária; e em novembro, entrega do certificado aos gestores públicos que melhor aplicaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## FBC tem página na internet

A Fundação Brasileira de Contabilidade lançou uma página na internet. O endereço eletrônico é [www.fbc.org.br](http://www.fbc.org.br). Quem visita o site pode participar de uma pesquisa interativa sobre imposto único e sobre a fiscalização

das organizações contábeis pelos CRCs. A FBC é uma entidade de natureza cultural, sem fins lucrativos, que funciona no 4º andar do edifício sede do Conselho Federal de Contabilidade, em Brasília.

## Saldo do FGTS na internet

Desde o dia 15 de janeiro os trabalhadores podem verificar o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na internet. Segundo a Caixa Econômica Federal, responsável pela administração das contas do FGTS,

o sistema vai funcionar por um mês de forma experimental.

Na página, além do saldo, o trabalhador pode tirar dúvidas sobre a correção dos saldos das contas. O endereço do site é: [www.fgtsfacil.com.br](http://www.fgtsfacil.com.br).

## Quebra de sigilo bancário

A Receita Federal só poderá quebrar o sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas quando a movimentação financeira desses contribuintes for superior a R\$ 80 mil por ano ou 10 vezes maior do que a renda declarada. Segundo o Secretário da Receita, Everardo Maciel, no Brasil, a

movimentação financeira dos contribuintes é, em média, 4 vezes superior à renda.

O sigilo também poderá ser quebrado quando forem identificadas informações falsas em fichas cadastrais de pessoas físicas ou jurídicas nas instituições financeiras.

## Sancionada a lei de informática

A lei que trata dos incentivos fiscais para o setor de tecnologia da informação foi sancionada no último dia 11 pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A proposta estava em discussão há quase dois anos. Entre outros dispositivos, a lei transforma telefones

celulares e monitores de computador em bens de informática e concede redução escalonada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens e serviços de informática. O incentivo é de 95% este ano, 90% em 2002, 85% em 2003, 80% em 2004, 75% em 2005 e 60% de 2006 a 2009.

## Arrecadação de 2000 é recorde

O Governo Federal bateu o recorde de arrecadação no ano passado. O total de impostos recolhidos chegou a R\$ 183,74 bilhões ou US\$ 96,33 bilhões. Esse montante significa um aumento de 16,17% em relação a 1999.

A arrecadação de 2000 é uma das conseqüências de um severo plano de ajuste fiscal, desencadeado depois da crise financeira de 1999, para sanear as contas públicas e que se baseou em dois

pontos: o ajuste orçamentário e o aumento de impostos. Só a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) engordou a arrecadação do Governo em mais de R\$ 15 bilhões. Na outra ponta, os brasileiros nunca pagaram tanto imposto como no ano passado. O volume arrecadado representou 15,35% do Produto Interno Bruto (PIB). Em média, cada cidadão pagou R\$ 980,00 de imposto.

## Computadores mais baratos

O Governo brasileiro vai disponibilizar a fabricação de computadores pessoais a um preço que oscila entre os 200 e os 250 dólares, utilizando tecnologia desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais, informou o ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga.

Pimenta da Veiga espera que, em um prazo de 120 dias, estes computadores, com um processador similar ao Pentium de 500 Mhz, sejam lançados no

mercado. O Governo pretende utilizar recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) para comprar computadores que serão instalados em escolas, centros de saúde e para uso público em pequenas comunidades. A compra poderá ser feita por meio da Caixa Econômica Federal. Para adquirir um computador parcelado em 24 meses, a prestação será de dez dólares mensais.

**CFC POSSE NA OAB**

O novo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, tomou posse no dia 1º deste mês em Brasília. A posse foi realizada no auditório do novo prédio da entidade, inaugurado no final do ano passado, no Setor de Autarquia Sul.

Presentes à posse do novo presidente da OAB, o presidente da Câmara Federal, Dep. Michel Temer (PMDB), o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, autoridades do Governo Federal e ministros e representantes do Poder Judiciário.

O presidente da OAB, Rubens Approbato Machado, disse em seu discurso de posse, que a entidade que agora dirige vai pautar seus trabalhos pela plena democracia nos diversos segmentos da sociedade

brasileira. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, elogiou a escolha de Approbato Machado para a presidência da



O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, cumprimenta o presidente da OAB, Rubens Approbato Machado

OAB e disse que a luta pela implantação dos princípios democráticos só vai terminar quando a distribuição da renda e da justiça se fizerem presentes de forma inquestionável no país.

## Dólar quebra a barreira dos R\$ 2,00

O dólar comercial rompeu a barreira dos R\$ 2,00 na tarde do último dia 5 de fevereiro. Às 16h, a moeda norte-americana foi cotada a R\$ 1,999 para compra e R\$ 2,01 para venda. Aos R\$ 2,00 o dólar comercial volta ao patamar da crise da desvalorização do real. A cotação de hoje é a maior desde 4 de março, quando atingiu R\$ 2,08 em um fechamento do dia.

No dia, o dólar subiu 0,60%. Na sexta, dia 2, o dólar comercial ainda estava a US\$ 1,989. Para o economista-chefe da Santos Asset Management, Rogério Mori, o governo não quer um dólar baixo, já que isso seria prejudicial para as exportações. "O câmbio é muito importante para a balança comercial", disse.

No dia 5, o governo divulgou o resultado da balança comercial brasileira na primeira semana de fevereiro (entre os dias 1 e 4), que registrou déficit de US\$ 78 milhões.

As exportações no período somaram US\$ 342 milhões e as importações, US\$ 420 milhões.

Com esse resultado a balança comercial já acumula em 2001, (até o dia 4 deste mês), um déficit US\$ 557 milhões. Esse déficit corresponde a aproximadamente 80% do resultado negativo de todo o ano passado, que foi de US\$ 697 milhões.

No mercado futuro, o dólar para entrega em março já havia rompido a barreira dos R\$ 2,00 no dia 4 de fevereiro.

**PESQUISA** - Pesquisa realizada pela FIERJ e a CNI em 321 empresas revela que o índice de confiança do empresário industrial do Rio de Janeiro voltou a crescer, alcançando 63,3 pontos em janeiro, o mais alto da série iniciada em outubro de 1998. Em relação a outubro de 2000, o índice mostrou alta de 2,1%.



## Contabilista deve produzir informação para o cliente

“Falta ao nosso pessoal formação orçamentária e social. Os cursos precisam oferecer isso. O Exame de Suficiência precisa ser mais rigoroso. Hoje, menos de 20% dos formandos estão preparados para representar a nossa área. Por isso, o Provão para Contabilidade é uma necessidade urgente”. (*Domingos Poubel de Castro*)

O contador Domingos Poubel de Castro gosta de falar na ordem direta dos seus pensamentos. Ele não costuma usar de meias palavras. Contador experiente, chefe da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, responsável direto pelo controle dos gastos do dinheiro público, Poubel de Castro acredita que se o contabilista não tivesse acordado a tempo, ele hoje já estaria sendo substituído pela máquina. Leia a entrevista que ele deu ao Jornal do CFC.

**Jornal do CFC** – O Ministro da Fazenda, Pedro Malan, costuma dizer que o Brasil está vivendo um círculo virtuoso. Qual o papel da Contabilidade pública no atual cenário de crescimento da economia nacional?

**DPC** – A área contábil, que foi uma área meramente acostumada a fazer registros e arquivos, vive um novo momento. Infelizmente no Brasil se faz a distinção entre o contador público e o contador privado. A diferença é que o público se especializou em leis e o privado em receita federal. Um teme o fisco o outro teme a lei, quando na realidade os dois grupos deveriam se especializar em subsidiar o gestor naquilo para o qual a Contabilidade nasceu: ser fonte de informações. O contador público está deixando de ser um profissional com a função de verificar atos praticados para ser alguém que vai subsidiar a gestão. Você não pode mais esperar que o gestor te peça informação, você tem que fazer o inverso: produzir informação para ele.

**Jornal do CFC** – Como o senhor avalia a Lei de Responsabilidade Fiscal e como o contabilista público se insere nesse assunto específico?

**DPC** – Infelizmente o brasileiro não tem consciência se não for com penalidade. É preciso mexer no bolso. Esperar a consciência do indivíduo leva muito tempo. Por que as pessoas dão atenção ao fisco? Porque tem penalidade. Na área pública não tinha penalidade. Se você não fechasse o balanço, não publicasse, não tinha penalidade. Agora não; se você não publicar é crime. O gestor agora pode ser preso por não saber quanto deve, não saber quanto gasta, não saber quanto arrecada. Ele necessita ter informações precisas e atualizadas e o profissional de Contabilidade é fundamental nesse processo. Na empresa privada, se você não sabe a quantas anda a Contabilidade você quebra; na área pública, se você não sabia não acontecia nada.

**Jornal do CFC** – Além da LRF, o que mais é preciso fazer no campo da fiscalização e da gestão de recursos para acertar as contas públicas?

**DPC** – Essa questão envolve outras áreas como o Direito e até a polícia. Mas para ficar só no campo da Contabilidade podemos dizer que o que se espera do profissional contábil é que ele esteja pronto a prestar a informação na hora certa e para a pessoa certa. Há também a necessidade de um envolvimento da sociedade nesse processo; não se pode esperar que seja a Contabilidade que vá controlar tudo isso. Mas, por outro lado, dentro dessa questão, cabe destacar a importância e o papel da auditoria. À Contabilidade cabe registrar e formar indicadores. A Auditoria tem que usar essas ferramentas de forma a auxiliar o gestor. Não adianta fazer auditoria de dados passados. A auditoria tem que ser preventiva e essa é uma mudança grande. O brasileiro não tem o hábito da prevenção. Mas, agora, voltando à Lei de Responsabilidade Fiscal, o descaso

com a prevenção pode significar até cadeia.

**Jornal do CFC** – Como é possível compatibilizar a gestão rigorosa dos recursos com a questão política? Afinal, promessas foram feitas.

**DPC** – Essa é a grande arte. Como disse o mestre Delfim (deputado federal/PPB-SP e ex-ministro Delfim Neto): “nós temos que entender que além disso tem uma urna”. Essa questão passa pela conscientização do eleitor, que hoje ainda vota naqueles que fazem promessas impossíveis de serem cumpridas. Mas daqui a pouco o povo vai aprender que não bastam promessas; tem que ter capacidade gerencial. Aí é um processo de mudança da sociedade e não é uma questão só da Contabilidade.

**Jornal do CFC** – Como o senhor avalia a polêmica sobre o pacote de medidas aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Fernando Henrique para combater a sonegação: a quebra do sigilo bancário, a lei antielisão e o cruzamento das informações da CPMF com o imposto de renda?

**DPC** – É difícil acreditar que alguém que é honesto tenha medo de mostrar os seus gastos. A única questão que pode ser levantada nesse caso é se exigir responsabilidade de quem vai manusear esses dados. Infelizmente você tem que fazer isso. Quais são os outros instrumentos que nos restam?

**Jornal do CFC** – Como o senhor vê iniciativas como a do CFC, que lançou o Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal e se prepara, agora, para treinar profissionais que vão ser multiplicadores e levar para seus municípios os princípios de aplicação da LRF?

**DPC** – Eu sempre defendi diante do nosso presidente a mudança de papel do nosso pessoal. Na verdade, eu vejo

que o nosso papel é ser esse representante social, a nossa área é social. O Contabilista, se a categoria não acordasse, ia ser substituído pela máquina. Para fazer “débito e crédito” já existe a máquina. O papel do contabilista é o de cidadão social, que sabe interpretar o “débito e crédito”. Se nós somos uma ciência social nós não podemos ficar desatrelados do físico e cuidar só da parte financeira.

**Jornal do CFC** – Vamos falar agora sobre a formação dos profissionais de Contabilidade. Como está o nível desses profissionais e qual a importância do Exame de Suficiência?

**DPC** – Falta ao nosso pessoal formação orçamentária e social. Os cursos precisam oferecer isso. Nós somos preparados em números e em leis; até parece que indicador não é problema nosso. O contador tem que ser preparado para ser o futuro gestor, entender da ciência social e perceber que na ponta tem uma necessidade a ser atendida.

A partir daí vão surgir os dirigentes na nossa área. Hoje, menos de 20% dos formandos estão preparados para representar a nossa área, por isso o Provão para a Contabilidade é uma necessidade urgente. É preciso cobrar um nível melhor das universidades. O Exame de Suficiência precisa ser mais rigoroso; quem não tem capacidade de passar no Exame do jeito que ele é hoje deveria ser excluído definitivamente do processo.



Domingos Poubel de Castro

**CFC** REFORMA TRIBUTÁRIA**FHC garante aprovação das alterações ainda neste ano**

O jogo virou e ainda neste semestre, ao contrário de todas as previsões, a reforma tributária vai ser decidida pelo Congresso Nacional. A garantia é do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Em entrevista aos repórteres que acompanharam o presidente da República ao Fórum Econômico Mundial, realizado no final do mês passado em Davos, Suíça, Fernando Henrique afirmou que a reforma fiscal é uma das prioridades do Governo Federal para este ano.

Além da reforma fiscal, fontes palacianas também garantiram que em 2001 serão definidas a reforma política, o incremento das exportações, incentivos aos pequenos e médios empresários, além da colocação em prática de programas na área social.

Em Davos, o presidente deixou claro aos jornalistas

que será impossível o Brasil acompanhar e participar de novos acordos comerciais internacionais sem desonerar suas empresas. Esta preocupação do presidente tem sentido: está começando em Lima, Peru, a rodada decisiva de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) – os EUA estão tentando antecipar a entrada em vigor do acordo.



FHC garante reforma tributária

**ESPERANÇA** - A questão da reforma fiscal prende-se, agora, a detalhes: o que vai ser ou não aprovado pelo plenário das duas Casas do Congresso. O deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), presidente da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara, garantiu ao Jornal do CFC que vai recolocar as alterações do sistema tributário nacional em discussão novamente, a partir de março próximo. “Temos esperança de aprovar a reforma antes do final deste primeiro semestre”, afirmou o deputado.

Para ele, o principal obstáculo à aprovação das mudanças é o fim dos impostos cumulativos. “O Governo Federal, durante os cinco anos em que o projeto da reforma esteve na Câmara, não quis excluir este item da reforma. Agora vamos ver o que acontece”, disse Rigotto.

O Conselho Federal de Contabilidade, nas sugestões enviadas à Comissão Especial, defendeu com vigor o fim dos impostos cumulativos e a desoneração da folha de pagamentos das empresas. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, já manifestou posição favorável ao projeto aprovado pela Comissão Especial: “O país necessita com urgência de uma reforma fiscal que

faça justiça a todos os que pagam impostos”.

**HISTÓRICO** - A Proposta de Emenda à Constituição número 175-A, elaborada pela Comissão Especial de Reforma Tributária, nem chegou a ir à votação pelo plenário da Câmara. O projeto do relator deputado Mussa Demes (PFL-PI) unificou todas as propostas aprovadas em seguidas reuniões entre empresários, representantes de sindicatos patronais e dos trabalhadores, dirigentes, prefeitos e técnicos dos Executivos estaduais e municipais, e foi aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão Especial.

Esta proposta foi colocada em pauta para votação no final de outubro do ano passado, mas logo em seguida foi retirada por falta de acordo entre governo e oposição. Logo em seguida, no início de novembro, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, tentou colocar a reforma tributária em pauta novamente, em forma de destaques (dividiu o relatório Demes para ser votado em partes, separadamente), mas não obteve sucesso: mais uma vez o governo disse



Rigotto: “Vamos acabar com o imposto cumulativo”

“não”. O fim dos impostos cumulativos, que pode ser considerado o “pomo da discórdia” entre o projeto da Câmara e o Governo Federal, está definido no artigo 154 da proposta de emenda à Constituição, aprovada pela Comissão Especial de Reforma Tributária. Diz o artigo que a União, os Estados e o Distrito Federal arrecadarão, compartilhadamente, impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços e à circulação de combustíveis automotivos. No segundo parágrafo deste artigo, consta que esses impostos serão não-cumulativos.

**CFC** LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**Martus não cede a mudanças e elogia o CFC**

O Governo Federal não vai afrouxar nas exigências de ajuste previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal porque vários dos atuais prefeitos encontraram os cofres vazios. O ministro do Planejamento, Martus Tavares, disse a jornalistas em Brasília, na semana passada, que é melhor os prefeitos fazerem o ajuste do que perder tempo vindo à capital pressionar o governo. “Todos se candidataram sabendo da realidade. Agora vão ter de fazer o dever de casa”, afirmou o ministro.

Para ele, todos os administradores têm condições de superar os problemas, desde que assumam o ônus político das decisões, como já fizeram os governos federal e estaduais. “Vai ser preciso arcar com o sacrifício”, avisou ele.

O ministro mandou um recado às

lideranças políticas que querem fazer crer que os problemas de elevado endividamento concentrado em São Paulo e Rio de Janeiro são generalizados para os outros mais de 5 mil municípios brasileiros. “As lideranças políticas deveriam trabalhar com os prefeitos para criar as condições materiais, de treinamento e capacitação para melhorar a gestão”, afirmou.

Martus Tavares citou o exemplo da Lei Camata (que fixou limites de gastos com pessoal) e que teve sua aplicação postergada por quatro anos: “O que ocorre é que na nossa gestão a coisa vai ser diferente. Vai ser a primeira gestão de prefeitos responsáveis”. **ELOGIOS AO CFC** - A punição dos antecessores dos atuais prefeitos, por atos de irresponsabilidade fiscal, é ainda

uma dúvida jurídica. A LRF foi aprovada em maio, exigindo compromissos dos então administradores. Mas a lei que estabeleceu punições só entrou em vigor em novembro de 2000. Só a Justiça poderá dirimir a dúvida.

Independentemente disso, o ministro acredita na punição eficiente do mercado e da sociedade. Ele citou como exemplo a iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou o certificado de gestão pública para os municípios que estiverem cumprindo o ajuste fiscal. “Este certificado, política e economicamente, é uma idéia muito positiva. O detentor do selo vai ter crédito, vai poder tomar emprestado em condições mais favoráveis. É como uma agência de classificação de riscos (rating) sem fins lucrativos”.

Leia a reportagem completa sobre o seminário de treinamento de instrutores da LRF promovido pelo CFC e as últimas novidades sobre o certificado de gestão pública na página 7 deste jornal.



Martus Tavares destaca trabalho do CFC



## Instrutores iniciam treinamento em Brasília

O CFC realizou no dia 1º deste mês em sua sede, em Brasília, treinamento dos instrutores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Durante o treinamento, os voluntários receberam o Kit do Instrutor da LRF. O encontro foi aberto pelo presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes, e pelo vice-presidente de Controle Interno do CFC, contador Daniel Salgueiro da Silva.

Os palestrantes foram a mestre em Planejamento e Organização e responsável pela elaboração do material didático do Kit, Helena Corrêa Tonet; a assessora especial do Ministério do Planejamento, Celene Peres Nunes; o assessor da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Fazenda, contador José Antônio Meyer Pires Júnior; e o coordenador de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, contador Wander Luiz.

No seminário, o Kit de treinamento foi entregue ao primeiro grupo de contabilistas públicos que vão trabalhar como multiplicadores, levando os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para os seus respectivos municípios.

Esses multiplicadores são voluntários indicados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e selecionados pelo CFC. Além da experiência em Contabilidade Pública, o CFC levou em consideração a formação de professor ou a afinidade com a área de ensino.

O presidente do CFC agradeceu o voluntarismo dos 38 instrutores da LRF e afirmou que “quem vai lucrar com este trabalho é a sociedade, que estará aprendendo com os ensinamentos desses instrutores, a combater a corrupção e a lutar pela transparência”. Para o vice-presidente do CFC e um dos coordenadores do curso, Daniel Salgueiro da Silva, o treinamento “é um projeto de socialização do trabalho contábil. Temos de cumprir o nosso papel como instrumento da cidadania”.

**ÊNFASE NO SOCIAL** - A proposta do Conselho Federal de Contabilidade é treinar 150 profissionais, que formarão outros 3 a 5 mil servidores públicos ligados ao controle de gastos nas mais de 5 mil prefeituras do país e gestores públicos, como prefeitos e secretários de finanças. Por acreditar nos frutos desse trabalho, o CFC vai absorver todo o custo desse processo.

O Kit do Instrutor da Lei de Responsabilidade Fiscal é composto por quatro publicações: Manual do Instrutor, Guia de Estudo, Caderno de Exercício e a 3ª Edição do Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal. O material didático inclui ainda um disquete com

transparências.

O vice-presidente de Controle Interno do CFC, Daniel Salgueiro da Silva, e o coordenador de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, Wander Luiz, supervisionaram o trabalho de elaboração do Kit. Para Daniel Salgueiro, o aspecto mais importante do treinamento não é o técnico, mas o social. Segundo ele, é preciso conscientizar os futuros instrutores da importância desse trabalho. Daniel Salgueiro considera

inviável implementar a LRF sem o completo envolvimento desses voluntários. Ainda, segundo ele, a questão mais controversa da LRF é o dispositivo que prevê a limitação de gastos com pessoal. A determinação, em muitos municípios, vai significar numerosas demissões, o que têm uma conseqüência social. Mas o ajuste é imprescindível para o bem das finanças públicas; em um segundo momento, vai acabar refletindo na criação de novas oportunidades de trabalho nesses municípios.

Este é o segundo curso de treinamento de instrutores promovido pelo CFC. Os contabilistas que desejarem participar dos treinamentos ainda podem enviar seus currículos para a sede do CFC em Brasília, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, lote 3, bloco J, CEP 70070-920, Brasília-DF. Os candidatos deverão ter experiência em Contabilidade Pública e em Magistério e ainda estarem disponíveis para atuar como instrutores.

**HISTÓRICO** - O lançamento do Kit e os cursos de treinamento são mais um passo no esforço do Conselho Federal de Contabilidade para ver a LRF em aplicação. A primeira iniciativa nesse sentido foi o lançamento do Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, em julho do ano passado em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. A publicação,



Abertura do treinamento de instrutores da LRF na sede do CFC, em Brasília

lançada em um evento que contou com a participação do Ministro do Planejamento, Martus Tavares, marcou o início da parceria do CFC com o Governo Federal.

O Guia já teve mais de 30 mil exemplares publicados e distribuídos para todas as prefeituras do país. No momento, o CFC está lançando uma terceira edição do Guia, atualizada. Outro momento importante nesse processo de engajamento pela implantação da LRF foi o XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, evento com mais de 3.600 participantes, realizado em Goiânia, em outubro último. O Congresso, que teve como tema “Profissão Contábil: Fator de Proteção da Sociedade”, foi mais um momento no qual a mensagem do compromisso social dos contabilistas foi reforçada.

**CERTIFICADO** – Outro passo no sentido de aprimorar este processo de engajamento

da sociedade à LRF é a decisão do CFC de instituir o Certificado de Gestão Pública Responsável, que será entregue aos gestores públicos que melhor aplicarem a lei. No final de janeiro, em São Paulo, uma reunião entre o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, o vice-presidente Daniel Salgueiro da Silva; o consultor Gilberto Massarente, da empresa Portela & Associados; o representante do Instituto Ethos, Marcelo Linguitte; e o consultor e contador Antoninho Marmo Trevisan definiu a estratégia que vai estabelecer os critérios para a escolha dos melhores gestores públicos.

Ainda em fevereiro, o CFC vai convidar a Transparência Nacional, uma organização que luta contra a corrupção em todas as partes do mundo, para participar deste projeto. Até o final do mês, será analisada a primeira versão do projeto.



O vice-presidente Daniel Salgueiro da Silva e o presidente José Serafim Abrantes na abertura do treinamento

## CFC incentiva projeto de visitas

O CFC está enviando ofício aos Conselhos Regionais para que divulguem entre os contabilistas o programa de visitas mensais à sede do Conselho, em Brasília, nos dias de realização das reuniões plenárias. Os que desejarem se inscrever no programa devem avisar aos Regionais, que enviarão as listas para Brasília. Nas reuniões plenárias, os nomes dos visitantes serão sorteados.

Nas visitas, os dois delegados, os dois conselheiros dos CRCs e o representante sindical têm acesso ao plenário, durante as reuniões, à biblioteca, ao Museu Brasileiro de Contabilidade, à Galeria de Arte e ainda podem conhecer os detalhes do trabalho desenvolvido pelos funcionários do Conselho Federal de Contabilidade.

A presença de um representante sindical no programa de visitas foi autorizada a partir do ano passado. Já visitaram o CFC sindicalistas de Blumenau-SC, Fortaleza-CE, Curitiba-SC, Recife-PE, São



Delegados participam de reunião plenária

Paulo- SP e Vitória da Conquista-BA.

Ao todo, 21 conselheiros e 50 delegados de cidades interioranas de todas as regiões do país dos CRCs já conheceram a sede do CFC em Brasília. O presidente do CFC, José Serafim Abrantes, é um entusiasta deste programa de visitas. Segundo ele, “embora simbólico, esse gesto (a visita), tenho certeza, servirá para estreitarmos ainda mais os nossos laços.

Contamos com todos os delegados, conselheiros e sindicalistas para levar adiante nossos projetos junto com quem convive muito perto do nosso profissionalismo contábil”.



Visitantes conversam com o presidente do CFC

## ESAF não muda regra de concurso

Em resposta a ofício do Conselho Federal de Contabilidade, que exigiu que apenas diplomados em Ciências Contábeis possam participar do concurso para auditor-fiscal da Receita Federal, a Escola de Administração Fazendária (ESAF) disse que é impossível atender à solicitação do Conselho.

O CFC entende que a Escola de Administração Fazendária, ao abrir o concurso para qualquer candidato que detenha curso superior, prejudica o exercício da auditoria fiscal.

Por essa razão, enviou ofício à Escola reivindicando alteração do item 4.1, letra “e” do Edital 22/2000,

para permitir que apenas o portador do curso de Ciências Contábeis possa inscrever-se no concurso.

**RAZÕES** - Segundo o diretor-geral adjunto da ESAF, João Gomes Gonçalves, em seu ofício ao Conselho Federal de Contabilidade, “ao contrário do profissional graduado em Contabilidade que organiza e executa os serviços de Contabilidade em geral, o auditor-fiscal da Receita Federal tem atribuições mais amplas, razão que por si só explica a inclusão de disciplinas diversas da atividade contábil, no programa do aludido certame”.

## CNPJ tem novas regras

O Governo simplificou o processo para o registro das empresas no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ). A partir de agora, os empresários ou seus representantes não terão mais que ir às delegacias da Secretaria da Receita Federal fazer a inscrição ou qualquer alteração nos registros. Todo o processo pode ser feito por meio da página da Receita na internet.

Depois de preencher o formulário eletrônico no computador, o empresário tem que esperar que o sistema faça uma consulta para ver se existe alguma pendência no nome dos sócios, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Caso nada seja encontrado, um protocolo eletrônico é emitido. A documentação exigida para o registro

deve ser enviada para a Receita via Sedex, com cópias autenticadas de todos os atos constitutivos da empresa na junta comercial. A Receita confronta os dados fornecidos via internet com os documentos apresentados e, se não houver divergências, a empresa recebe um registro provisório. O cartão com o número definitivo do CNPJ é enviado pelo Correio em um prazo máximo de 60 dias. O comparecimento pessoal só é obrigatório no caso de fechamento da empresa, quando são regularizadas quaisquer pendências fiscais. O registro da CNPJ só vai ser feito diretamente nas delegacias da Receita até o dia 30 de junho. Depois dessa data, a inscrição só será aceita via internet.

## GDF suspende cobrança do CFC

A Secretaria de Fazenda e Planejamento do Governo do Distrito Federal decidiu suspender a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), exercício de 2000, do Conselho Federal de Contabilidade. A Secretaria acatou requerimento do CFC nesse sentido, já que o Conselho está pleiteando imunidade tributária, baseado no § 6º, do artigo 58 da Lei número 9.649, de 27 de maio de 1998. A questão ainda está sendo apreciada no Supremo Tribunal Federal, por força de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade

impetrada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Desta forma, fica suspensa a cobrança do IPTU, bem como a de qualquer outro imposto incidente sobre o patrimônio e os serviços vinculados às finalidades essenciais do CFC e dos demais conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas até decisão final do Supremo, com exceção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por não estar sujeita à lei em discussão judicial.

## Seguros terão menor prazo para indenizar

A partir deste mês, as seguradoras passarão a ter 30 dias para pagar ao cliente a indenização por furto, roubo ou perda total do veículo. A nova norma é da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O prazo para o pagamento começa a contar com a entrega da documentação completa. Caso seja preciso solicitar algum documento extra, o processo fica suspenso. Isso pode ocorrer, por exemplo, se houver dúvida de ocorrência de fraude.

Além da agilidade no processo, a liberação do dinheiro deverá ser mais rápida também porque as seguradoras terão que definir no contrato o valor a ser pago na indenização ou utilizar uma tabela de referência previamente definida. Muitas empresas passarão a adotar a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para corrigir o valor do contrato anualmente.

## IFAC se reúne no Rio em abril

O *board* do IFAC tem reunião marcada para o Brasil em 2001. Vai ser no Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 11 de abril. O Conselho Federal de Contabilidade vai participar ativamente da organização do evento e anunciar aos leitores do Jornal do CFC todos os detalhes desta reunião que o *board* do IFAC realiza no país. No ano passado, em São Paulo, foi realizada uma reunião do *board* do IASC.



## A homenagem do CFC a Hilário Franco

A reunião do plenário do Conselho Federal de Contabilidade, realizada nos dias 25 e 26 de janeiro deste ano, aprovou por unanimidade a concessão da medalha e do Diploma de Honra ao Mérito Contábil ao professor Hilário Franco, falecido em São Paulo a 22 de dezembro de 2000, aos 79 anos de idade.

Detentor da Medalha de Ouro João Lyra, contador, economista, administrador, professor e escritor, Hilário Franco deixou 12 livros sobre Contabilidade. Durante mais de 35 anos, Hilário Franco lecionou disciplinas do curso de Ciências Contábeis em dezenas de escolas, faculdades e universidades do país.

A medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Contábil serão entregues à sua família em maio deste ano, durante as comemorações dos 55 anos de criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

**RESOLUÇÃO** - O Diploma de Honra ao Mérito Contábil foi criado pela Resolução CFC 740/92, destinado a "premiar os que se tenham distinguido de forma notável ou relevante e contribuído, direta ou indiretamente, para o aprimoramento e engrandecimento das entidades fiscalizadoras do exercício profissional (Conselhos de Contabilidade – Federal e Regionais)".

Este diploma já foi outorgado ao padre Antônio Geraldo Amaral Rosa e ao deputado Victor Faccione, em 1993, e ao contabilista Edson Queiroz, em 1997.



## Déficit de janeiro é de US\$ 691 mi

O déficit comercial de janeiro, que atingiu US\$ 479 milhões, corresponde a 70% do saldo negativo de todo o ano de 2000, que fechou em US\$ 691 milhões. O governo chegou a prometer um superávit de US\$ 5 bilhões para 2000, mas a projeção falhou devido à alta do petróleo, à baixa recuperação dos preços das commodities (produtos negociados internacionalmente) agrícolas e ao aumento de 18,3%, em relação a 99, das importações de

matérias-primas e componentes.

Segundo os analistas, o desempenho da balança comercial é um dos pontos cruciais para o governo em 2001. Obter um saldo positivo virou prioridade para os ministérios da área econômica.

Há o desafio, segundo os economistas, de conciliar o crescimento da produção industrial, que requer importação de máquinas e equipamentos, e a meta de o país obter um superávit comercial.

## Comissão prepara provas do Exame de Suficiência

As provas do primeiro Exame de Suficiência de 2001 já estão sendo elaboradas pelo CFC. O teste está marcado para o dia 25 de março, domingo, em todo o país. As inscrições foram encerradas neste dia 9 de fevereiro.

A Comissão de Elaboração de Provas, coordenada pelo conselheiro Daniel Salgueiro da Silva, reuniu-se há duas semanas para dar continuidade ao trabalho de elaboração do teste.

Participaram da reunião os contadores Daniel Salgueiro da Silva, (coordenador), Alex Oliveira Rodrigues Lima, Francisco José dos Santos, Lopes da Silva, Wander Luiz e Neusa Satuf Rezende, e os técnicos em contabilidade Francisco Claudeci Ramos Semião e Waldemar Ponte Dura.

No ano passado, os dois Exames de Suficiência aprovaram 12 mil candidatos ao registro profissional de contabilista.

## Errata - FHC sanciona mudanças no Simples

O Jornal do CFC publicou, na última edição (de janeiro/2001), nota sobre o Simples que teve grande repercussão entre os contabilistas de todo o país. Segundo a nota, "as empresas prestadoras de serviços de profissões regulamentadas já podem aderir ao Simples, conforme dispõe o novo texto da lei...".

O Jornal do CFC baseou a informação nas agências de notícias a que tem acesso – no caso, a Agência Folha. O que houve foi que essas agências publicaram o texto aprovado pelo Congresso mas que ainda não foi sancionado pelo presidente da República. O presidente vetou o artigo 3º da lei 10.034, de 24 de outubro de 2000, que alterou a lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e

das Empresas de Pequeno Porte – Simples. Este artigo ampliaria o alcance das empresas prestadoras de Serviços de profissões regulamentadas ao Simples.

Pelo novo texto, somente as creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental obtiveram acesso ao Simples.

O texto completo da lei 10.034 é o seguinte:

**Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.**

**Art. 2º Ficam acrescidos de cinqüenta por cento os percentuais**

**referidos no art. 5º da Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei no 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas no art. 1º desta Lei.**

**Parágrafo único. O produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no caput será destinado integralmente às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996.**

**Art. 3º (VETADO)**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

*Brasília, 24 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.*

*Fernando Henrique Cardoso*

## Orçamento familiar

No endereço eletrônico [www.institutoindicare.com.br](http://www.institutoindicare.com.br), os contabilistas poderão fazer quantas cópias quiserem do Orçamento Familiar preparado pelo professor de Contabilidade César Abicalaffe, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. O modelo do orçamento foi aperfeiçoado pelo professor. Ele recomenda que os modelos sejam apresentados aos clientes dos contabilistas. Segundo o professor, o modelo é fácil de ser preenchido pelo interessado.

## Avaliação dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil

> Jorge Katsumi Niyama

A valorização da profissão contábil é consequência de um amplo processo de educação continuada fundamentada num sólido processo de formação acadêmica agora reforçado com a implementação, pelo Conselho Federal de Contabilidade, do Exame de Suficiência profissional.

Sem dúvida, é preocupação do Conselho Federal de Contabilidade que os cursos de graduação em Ciências Contábeis sejam capazes de formar profissionais competentes e habilitados para o exercício da profissão, constituindo-se num dos importantes instrumentos de avaliação de cursos disponíveis.

O MEC por sua vez, por meio da Portaria 249, de 18.03.96, instituiu o Exame Nacional de Cursos (conhecido por “provão”), como uma das metodologias de avaliação de instituições de ensino público e privado.

Entretanto, a nossa área de Ciências Contábeis não foi ainda incluída no elenco de cursos submetidos ao referido Exame, mas entendemos que em face da expressiva quantidade de cursos e de profissionais registrados, sua inclusão é questão de tempo.

A conjugação dos dois instrumentos de avaliação deve contribuir decisivamente para o aprimoramento e valorização da profissão contábil.

### AValiação DO MEC

O fato de os cursos de ciências contábeis não terem sido ainda incluídos no Exame Nacional de Cursos significa que os mesmos não são avaliados pelo MEC?

Não é verdade, já que por intermédio da Comissão de Especialistas de Ensino, constituída de professores com larga experiência no ensino de graduação, promove um monitoramento dos cursos, principalmente em tres momentos:

- por ocasião da autorização para funcionamento;
- por ocasião do reconhecimento do curso;
- e por ocasião da renovação do reconhecimento.

A Comissão de Especialistas de Ensino do MEC subordina-se à Secretaria de Ensino Superior-SESU e é a primeira instância de homologação dos pedidos de autorização e funcionamento de cursos.

### Autorização para Funcionamento de Cursos

A Comissão de Especialistas de Ensino designa consultores *ad hoc*

para visitar *in loco* as condições de oferecimento de cursos pelas instituições de ensino superior, com vistas à autorização. A referida comissão de verificação, baseada em Instrumentos de Avaliação dos Padrões de Qualidade, atribui conceitos e manifesta-se sobre a adequação do pedido formulado, com base em três parâmetros principais:



Professor Jorge Katsumi Niyama

Estrutura Curricular das disciplinas, principalmente na avaliação da adequação do conteúdo aos objetivos e perfil desejado do formando, análise do fluxo do currículo quanto à distribuição de carga horária, balanceamento e lógica interna entre os conteúdos teóricos e práticos, adequação do ementário e compatibilização da bibliografia proposta e cumprimento às disposições da Resolução 03/92 do MEC que trata da distribuição entre as disciplinas de natureza humanística e social, com as de natureza profissional e complementar.

Qualificação do corpo docente e do coordenador. Nesse bloco, a preocupação da comissão verificadora é com a disponibilidade de tempo do docente (regime de trabalho), sua titulação (se especialista, mestre ou doutor) e sua produção intelectual (publicações de livros, artigos, e participações em congressos e eventos de natureza científica). No caso do coordenador, é fundamental o tempo de dedicação destinado a essa atividade.

Infra-estrutura física. Nessa avaliação, a comissão busca verificar se as salas de aula oferecem condições

de espaço físico compatível com a quantidade de alunos e proporcionam conforto acústico e de luminosidade, se os laboratórios incentivam atividade de pesquisa, se existem salas de estudo e pesquisa aos docentes, bem como para monitores, coordenação e secretaria. Além disso, a Comissão busca verificar se os laboratórios de informática apresentam espaço

previstas por ocasião do processo de autorização e se conduzem ao objetivo e perfil estabelecidos para o formando.

Inclui ainda, usualmente, entrevistas com alunos e professores além da verificação de atividades de pesquisa e práticas pedagógicas inovadoras.

Como se pode depreender, o fato de uma instituição ser autorizada a funcionar não implica necessariamente no seu reconhecimento.

### Renovação de Reconhecimento

O processo de renovação de reconhecimento é uma repetição do processo de reconhecimento para se avaliar periodicamente se os padrões de qualidade e procedimentos adotados por ocasião do reconhecimento vêm sendo mantidos pela instituição de ensino. Trata-se de um processo de avaliação contínua da instituição de ensino, sendo realizada com a periodicidade de 5 (cinco) anos.

### Exigências do CFC X MEC

Outro aspecto que merece maior reflexão é a necessidade de se compatibilizar o conteúdo de exigências previsto no Exame de Suficiência promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade e o conteúdo mínimo “básico” incluído nas disciplinas que integram a estrutura curricular.

### Conclusão

O principal objetivo neste artigo foi demonstrar os principais instrumentos de avaliação de cursos de Ciências Contábeis promovidos pelo MEC, procedimentos que visam contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino no Brasil.

### JORGE KATSUMI NIYAMA

Professor titular do  
Departamento de Ciências  
Contábeis da UnB

Mestre e Doutor em  
Contabilidade pela FEA/USP

Membro da Comissão de  
Especialistas de Ensino da Área de  
Ciências Contábeis do MEC/SESU



## CFC ARTIGO

## Riscos nas empresas e evidências de suas realidades

&gt; Antônio Lopes de Sá\*

O risco que as atividades comportam faz parte da própria natureza das mesmas. Tantos são os fatores que influem no comportamento das riquezas que é difícil superar as ameaças de perdas sem que exista uma estratégia que considere as prioridades de proteção ao risco.

A incerteza sobre acontecimentos influi no entendimento sobre a situação das empresas, especialmente se distantes são os tempos entre as publicações das demonstrações apresentadas e a realidade que a empresa está vivendo.

A época das informações pode apresentar estados discrepantes em relação à época dos acontecimentos de uma atualidade que pode ser relevante.

O fator continuidade dos empreendimentos, em face das transformações permanentes dos capitais, pois, é algo que preocupa.

Os riscos dos negócios estão especialmente e estreitamente ligados às variações dos resultados (reduções) conseguidos. Se os lucros são constantes e se agregam ao capital, ocorre a prosperidade e as probabilidades de continuidade tendem a ser positivas.

Se, ao contrário, as perdas são constantes e reduzem o capital próprio, ocorre o definhamento e as probabilidades de continuidade são negativas. As perspectivas dos resultados influem naquelas da continuidade de um empreendimento.

Os que dependem das informações contábeis estão, pois, na atualidade, preocupados com a opinião sobre os estados futuros, pois, têm sido comuns os balanços aparentemente sólidos que não denotam que no futuro ocorreria a surpresa até do fechamento de empresas.

Pode ocorrer, por exemplo, que uma operação eventual de vulto, com bom resultado, ofereça um excelente aspecto ao balanço, mas, como algo atípico ou fora do comum. No caso exemplificado, a empresa pode aparentar um magnífico estado, mas, não ter condição de repetir este desempenho.

A lei brasileira nada prevê neste caso; e nem a inadequada reforma contábil da lei das sociedades por ações enfoca de forma competente este assunto, e em meu modo de entender não passa ela de um remendo de discutível qualidade técnica.

Segmentar resultado funcional daqueles extraordinários deveria ser algo obrigatório. Outras vezes, um resultado que só aparece em um exercício foi fruto de custos formados em outros nos quais se dissolveram e isto também não se tem obrigado claramente a evidenciar.

Ainda há o caso de situações que em 31 de dezembro de um ano são boas, mas, que se alteram substancialmente dias depois de iniciado o exercício seguinte. Em tal caso, o balanço está magnífico, mas a situação da empresa já pode até ser de insolvência quando a peça demonstrativa é publicada.

Publica-se o bom e esconde-se o

mau, tudo em razão de sistemas inadequados e incompetentes estampados em textos de lei. Fatos opostos também podem ocorrer, ou seja, de o balanço mostrar uma situação de penúria e já no início do exercício seguinte a empresa estar realizando altos lucros.

Na Europa tem-se exigido dos auditores uma opinião sobre a capacidade de continuidade dos empreendimentos e tal fato deve constar obrigatoriamente da opinião, inclusive abrangendo fatos após o balanço.

Os intelectuais da Contabilidade, todavia, ainda não se encontram satisfeitos com o que se tem regulamentado e reclamam sobre a indefinição da qualidade do risco a ser denunciada e qual a extensão dos períodos de exame das faixas de risco.

Tudo isto nos evidencia que a matéria contábil não pode estar ao sabor de leigos, de decisões políticas, mas, sim de equipes de alto nível,

entregues à classe dos Contadores.

Ou seja, exatamente o contrário do que está estabelecido no projeto da CVM e que deseja tirar o poder da produção de normas de Contabilidade da mão do Conselho Federal de Contabilidade, expondo o público que utiliza da informação a uma sensível redução de qualidade técnica em face das realidades.



\*É contador, escritor e professor universitário

## CFC NORMAS INTERNACIONAIS

## Comissão anuncia Diretoria da IASB

Os curadores da IASC indicaram a nova Diretoria de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A Diretoria será composta por profissionais *experts* em Contabilidade e terá a responsabilidade de elaborar um conjunto simples de normas de alta qualidade, para que todas as organizações internacionais possam ser beneficiadas.

Essas normas poderão proporcionar benefício direto para auditores, usuários, preparadores e regulamentadores de informações financeiras e declarações.

## DADOS CONFIÁVEIS

De um modo geral, a disponibilidade de dados financeiros mais confiáveis deverá facilitar os investimentos internacionais e reduzir mundialmente o uso de capital.

Os custos contábeis para empresas multinacionais que operam em diferentes

países será reduzido pela diminuição e eliminação de diferenças nacionais.

A IASC, presidida pelo ex-presidente do U.S. Federal Reserve, Paul A. Volcker, é uma organização supervisora composta de dezenove membros, representando seis continentes e quatorze países.

## QUALIDADES

Os curadores da IASC analisaram mais de duzentos candidatos para a Diretoria, que foi escolhida com base na experiência e nas qualificações profissionais de cada candidato.

De acordo com a nova Constituição da IASC, os curadores nomearam doze dos novos membros para trabalho em tempo integral, inclusive o presidente e o vice-presidente; dois vão trabalhar em tempo parcial. A diretoria será dirigida por David Tweedie. Sete dos curadores foram nomeados como oficiais de ligação perante as organizações nacionais. Além

disso, os membros da Diretoria terão contatos frequentes com regulamentadores financeiros e bancos centrais, indústria privada, analistas e setores acadêmicos em todo o mundo.

## MISSÃO DA IASB

Segundo o presidente da IASB, David Tweedie, "a missão da nova IASB é simples. Em sociedade com os estabelecadores de normas nacionais, nós pretendemos aumentar a transparência de relatórios financeiros criando um único e global método de Contabilidade para transações – seja em Stuttgart, Sydney, Seattle ou Cingapura. Remover barreiras para investimentos por meio da aplicação de normas uniformes e de alta qualidade trará enormes benefícios para a economia mundial.

Os profissionais escolhidos para apoiar esse projeto, renunciaram

importantes posições em carreiras de sucesso. Isso é extremamente positivo".

Os curadores deram ênfase ao seu compromisso de conseguir um amplo e representativo saldo de perspectiva, tanto geográfica como profissionalmente, por meio da criação de um Conselho Consultivo de Normas.

A nova Diretoria se reunirá pela primeira vez em abril desse ano.

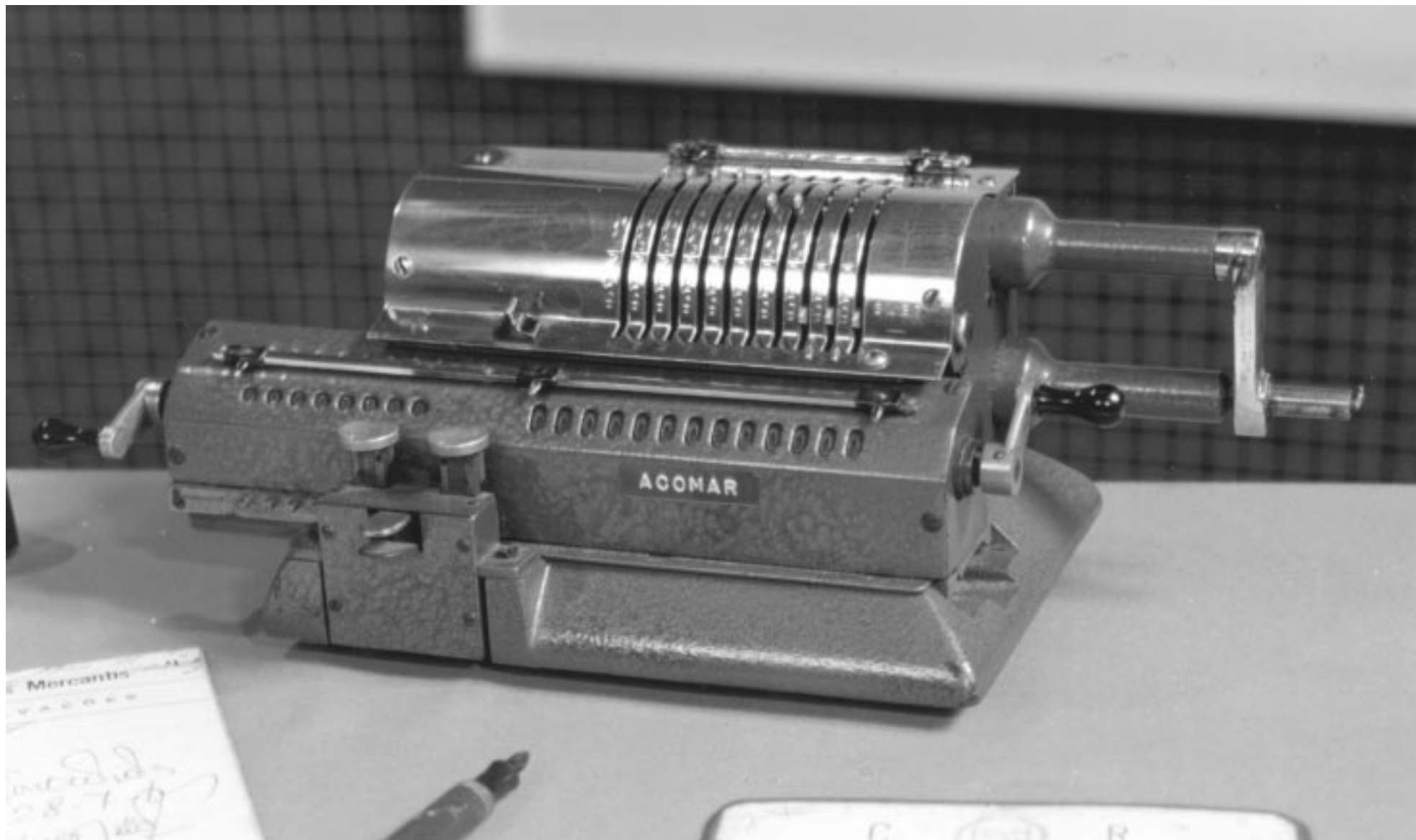
## PRIORIDADES

O Conselho Consultivo vai se reunir regularmente com a IASB a fim de informar a Diretoria sobre as prioridades e implicações das novas propostas para os usuários e produtores de contas financeiras.

Este Conselho deve representar os diversos interesses envolvidos no processo do estabelecimento de normas e será o veículo-chave para novas idéias.

CFC EXPOSIÇÃO

## Museu Brasileiro de Contabilidade vai percorrer o país



A História da Contabilidade vai percorrer o Brasil a partir de maio deste ano, quando o CFC comemora seus 55 anos de existência. O Conselho Federal de Contabilidade, por meio de um projeto elaborado pela museóloga Célia Corsino, vai dividir o país por regiões. Durante dois meses o Museu Brasileiro de Contabilidade ficará exposto à visitação pública. Dois meses depois, o Museu será levado para outra região.

da história da evolução da Contabilidade no Brasil e no mundo. O Museu destaca também o trabalho do Conselho Federal de Contabilidade desde a sua fundação, em 1946. Os brasileiros que irão conhecer o Museu por meio desta exposição itinerante poderão ver um rico panorama do mundo desde que Luca Paccioli sistematizou a Contabilidade. Estarão

à mostra as máquinas de mecanografia e de calcular dos anos 40 do século passado, o mobiliário da época, os antigos livros de registro contábil, objetos pessoais de contabilistas, fotografias, telas e livros teóricos – todos exemplarmente conservados.



O principal objetivo deste projeto é divulgar a História da Contabilidade por meio de um instrumento científico e cultural. Fundado em Brasília, na sede do CFC, em 1996, o Museu ocupa uma área de 267 metros quadrados.

**AS PEÇAS** - O Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos e que tem como objetivos a aquisição, a conservação, a pesquisa e a exposição

**HOMENAGENS** - O Museu homenageia os grandes vultos da Contabilidade, como o patrono dos contabilistas, o senador João Lyra, e os ex-presidentes do CFC.

O Museu tem chamado a atenção principalmente de estudantes de Brasília, que se divertem e se educam diante das cédulas que recontam a história do dinheiro no Brasil e das



complexas máquinas de balancetes, ancestrais dos modernos computadores.

A exposição que viajará pelo Brasil será apresentada em três momentos: evolução do pensamento contábil, História da Contabilidade e atuação do Conselho Federal de Contabilidade.